

**2ª VERSÃO DO PROGRAMA DE ESTABILIDADE E CRESCIMENTO (PEC2) : Agravará a crise económica e determinará a degradação dos serviços públicos essenciais para a população****RESUMO DESTE ESTUDO**

O governo apresentou na Assembleia da República, no mês de Dezembro de 2005, uma 2ª versão do chamado Programa de Estabilidade e Crescimento (o PEC2) que altera a 1ª versão que tinha apresentado em Junho de 2005 (o PEC1). Aquele programa, e as medidas que o governo se propõe aplicar para o executar, irão afectar profundamente a vida dos portugueses em 2006 e nos anos seguintes. Como estamos nos últimos dias de 2005, interessa conhecer o que o futuro e a política do governo reservam para os portugueses.

A 2ª versão do Programa de Estabilidade e Crescimento apresentada pelo governo altera para pior todos os indicadores macroeconómicos – crescimento do PIB, investimento, exportações, etc. – constantes da 1ª versão o que vem, por um lado, mais uma vez desacreditar as previsões oficiais quer do governo quer de outras entidades oficiais quer ainda dos “gurus” do pensamento económico neo-liberal dominante e, por outro lado, confirmar que a política de obsessão do défice só está a tornar ainda mais a grave a crise económica e social que o País enfrenta.

Apesar do agravamento crise, para cumprir a redução do défice prometida a Bruxelas, o governo na 2ª versão do Programa de Estabilidade e Crescimento que apresentou em Dezembro, agrava as medidas anunciadas em Junho de 2005 para reduzir o défice, o que determinará um aumento de receitas do Estado pagas fundamentalmente pelos trabalhadores pois, no período 2005-2009, passarão de 12.740 milhões de euros previstas no PEC1 para 13.708 milhões de euros previstas no PEC2, ou seja, aumentarão mais 968 milhões de euros. E como o governo não altera a grave injustiça fiscal existente serão fundamentalmente os trabalhadores que terão de suportar este aumento da receita. Em relação a cortes nas despesas da Administração Pública que na 1ª versão do Programa de Estabilidade e Crescimento já atingiam 9.105 milhões de euros, na versão de Dezembro sobem para 11.195 milhões de euros, ou seja, mais 2.090 milhões de euros. É evidente que este agravamento das medidas determinadas apenas pela obsessão do défice, num período em que o País enfrenta já uma grave crise económica e social, só poderá contribuir para tornar mais profunda e prolongada a crise e dificultar a “retoma”.

A análise das taxas de crescimento da Economia Mundial, da Economia da União Europeia e da Economia Portuguesa, constantes das duas versões do Programa de Estabilidade e Crescimento, leva à seguinte conclusão: - a taxa de crescimento da economia da União Europeia tem sido e prevê-se que continue a ser metade da taxa de crescimento da economia mundial; e a taxa de crescimento da Economia Portuguesa tem sido e prevê-se que continue a ser menos de metade da taxa de crescimento da economia da União Europeia, sendo evidente a tendência crescente para o agravamento da situação económica e social portuguesa. Tudo isto só poderá determinar mais desemprego, menor poder de compra, e mais dificuldades no futuro para os portugueses.

Face a esta dualidade de taxas de crescimento que está a afastar cada vez mais Portugal quer da Economia Mundial quer da economia da União Europeia torna-se necessário repensar e mudar a política que está a ser seguida, pois ela está a conduzir o País para estagnação e mesmo para a recessão económica prolongada. Mas para que essa mudança seja possível é necessário libertá-la das amarras do pensamento económico neo-liberal dominante.

O governo apresentou na Assembleia da República em Dezembro de 2005, portanto há poucos dias, uma 2ª versão do Programa de Estabilidade e Crescimento (o PEC2). E isto depois de ter apresentado em Junho de 2005, a 1ª versão do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC1). Este Programa, e as medidas que o governo tenciona implementar para o executar visando a redução do défice, vão ter nos próximos anos consequências profundas não só na vida dos trabalhadores da Administração Pública mas de todos os trabalhadores portugueses, por isso interessa conhecê-lo.

Durante o debate do Orçamento do Estado para 2006, realizado em Novembro de 2005, o governo afirmou repetidamente que o cenário macroeconómico que serviu de base à elaboração da Proposta do Orçamento, que era, no essencial, o do PEC1 continuava válido.

No entanto, não passou um mês depois daquelas declarações solenes, e o governo deu o dito por não dito, apresentando uma nova versão do Programa de Estabilidade e Crescimento (o PEC2) em que, por um lado, altera, para pior, os principais indicadores macroeconómicos que serviram de base à Proposta

do Orçamento para 2006 que foi aprovada pelo PS na Assembleia da República e, por outro lado, agrava medidas para satisfazer a obsessão do défice que só poderão provocar um maior agravamento da crise económica e social em que o País se debate e a degradação de serviços públicos essenciais para população, nomeadamente saúde, segurança social, justiça e educação. É tudo isto que iremos procurar mostrar neste estudo com base na análise dos documentos apresentados pelo governo na Assembleia da República em Dezembro de 2005, ou seja, com base no PEC1 e no PEC2.

### ALTERAÇÃO, PARA PIOR, DOS PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS

Uma das situações mais caricatas que o País tem assistido este ano é a apresentação, com pompa e circunstância, de previsões de crescimento económico, de investimento, de exportações, etc., pelos chamados “economistas de referência” do neo-liberalismo, que dominam o pensamento económico único em Portugal, e também pelos sucessivos ministros de economia e das finanças, com o ar de verdades certas e inquestionáveis, para passados poucos meses, quando não mesmo dias, virem apresentar novas previsões, com a mesma pompa e circunstância, que desdizem, sempre para pior, as apresentadas anteriormente.

Para que o leitor possa ficar com uma ideia da dimensão e da frequência dessas mudanças de previsões que se têm sucedido ao longo do ano de 2005, vamos recordar o que se verificou sobre a previsão do crescimento económico para 2005, medida pela previsão do aumento do PIB.

Em Setembro de 2004, no Orçamento de Estado para 2005, a previsão constante dele é que o PIB crescerá, em 2005, 2,4%; depois, no chamado Relatório Vítor Constância apresentado em Maio de 2005, o crescimento previsto para 2005 era já apenas de 1%; no Programa de Estabilidade e Crescimento apresentado pelo governo em Junho de 2005, portanto poucos dias depois do Relatório Constância, a previsão de crescimento do PIB já era somente de 0,8%; na Proposta de Orçamento do Estado para 2006, o crescimento do PIB em 2005 já era de 0,5%; e, em Outubro de 2005, segundo o Banco de Portugal o crescimento em 2005 será apenas de 0,3%, ou seja, um oitavo da previsão constante do Orçamento do Estado para 2005, que era de 2,4%.

Comparemos agora os valores dos indicadores macroeconómicos constantes do PEC1 (versão do Programa de Estabilidade e Crescimento de Junho de 2005) com os do PEC2 (versão de Dezembro de 2005), portanto previsões do governo com poucos meses de diferença. Para facilitar tal comparação elaborou-se um quadro com os principais dados constantes das duas versões que se apresenta seguidamente.

**QUADRO I – Alterações dos valores dos principais indicadores macroeconómicos segundo o PEC1 (versão de Junho de 2005) e o PEC2 (versão de Dezembro de 2005) – Taxa de variação**

RUBRICAS	2004		2005		2006		2007		2008		2009	
	PEC1	PEC2	PEC1	PEC2	PEC1	PEC2	PEC1	PEC2	PEC1	PEC2	PEC1	PEC2
<b>PORTUGAL</b>												
<b>PIB</b>	1,0%	1,2%	0,8%	0,5%	1,4%	1,1%	2,2%	1,8%	2,6%	2,4%	3,0%	3,0%
Consumo Privado	2,3%	2,5%	1,7%	2,3%	1,2%	1,3%	1,7%	1,5%	2,1%	2,2%	2,5%	2,5%
Consumo Público	1,2%	2,4%	0,6%	0,8%	0,3%	-1,3%	0,3%	-0,8%	0,3%	-0,9%	0,3%	-1,0%
<b>Investimento (FBCF)</b>	2,1%	0,6%	1,9%	-2,1%	3,0%	1,7%	5,1%	3,6%	6,7%	5,7%	7,9%	7,8%
<b>Exportações de bens e serviços</b>	5,1%	4,6%	3,3%	1,2%	6,5%	5,7%	8,1%	6,1%	7,9%	6,5%	7,9%	7,2%
Importações de bens e serviços	7,0%	6,7%	4,0%	2,1%	5,1%	4,2%	6,4%	4,3%	7,0%	5,6%	7,7%	6,4%
Taxa de desemprego	6,7%	6,7%	7,4%	7,4%	7,7%	7,7%	7,6%	7,7%	7,3%	7,4%	6,9%	7,0%
Taxa variação emprego	0,1%	0,1%	0,4%	0,1%	0,7%	0,6%	1,1%	0,9%	1,3%	1,2%	1,5%	1,5%

**PEC1 : Plano de Estabilidade e Crescimento 2005-2009 - Apresentado pelo governo em Junho de 2005**

**PEC2 : Plano de Estabilidade e Crescimento 2005-2009 - Apresentado pelo governo em Dezembro de 2005**

Assim, num intervalo de apenas 5 meses (Jun2005 a Dez2005), a taxa de crescimento económico em Portugal, medida pelo aumento do PIB, diminuiu em todos os anos em que foram feitas previsões (2005-2008), com excepção de 2009. Em 2005, passa de 0,8% para 0,5%, portanto ainda superior à última previsão do Banco de Portugal que é apenas de 0,3%, o que leva à conclusão que a previsão do governo terá novamente de ser corrigida; em 2006, passa de 1,4% para 1,1%; em 2007, desce de 2,2% para 1,8%; e, em 2008, diminui de 2,6% para 2,4%.

Em relação ao investimento, que é essencial para criar emprego e modernizar a economia, a quebra é muito mais acentuada, verificando-se diminuição em todos os anos, incluindo 2009, o que só poderá contribuir para o agravamento da crise económica e social e para a degradação do sistema produtivo nacional. Em 2005 passa de um crescimento que já era reduzido de 1,9% para uma quebra de -2,1%; em 2006, desce de 3% para apenas 1,7%; em 2007, desce de 5,1% para apenas 3,6%, etc., etc.. E isto tudo depois de se ter verificado em 2003 uma quebra superior a -10%, redução esta que não será certamente recuperada com estes crescimentos reduzidos.

A nível das exportações, que são consideradas pelo governo como o motor da retoma da Economia Portuguesa, o panorama não é melhor. Em todos os anos, a previsão de crescimento das exportações é corrigida para pior, ou seja, a taxa de crescimento prevista no PEC2 é inferior, em todos os anos, à constante no PEC1.

Em relação ao consumo interno, que tem funcionado no passado como um motor da retoma e do crescimento, a previsão em relação ao consumo público é de uma quebra continuada e, relativamente ao consumo privado, apesar do governo prever que ele vai aumentar, é fácil de concluir que o ritmo de crescimento não poderá ser elevado face às restrições que o governo e entidades patronais querem impor ao crescimento dos salários, devido ao elevado endividamento das famílias portuguesas e ao aumento rápido das desigualdades sociais.

Em resumo, as últimas previsões apresentadas pelo governo, constantes da 2ª versão do chamado Programa de Estabilidade e Crescimento (o PEC2), são a confirmação do fracasso da política que tem sido seguida de obsessão do défice que está a conduzir o País para a estagnação económica, quando não mesmo a recessão económica.

Toda esta política dominada pela obsessão do défice assenta numa grande mentira económica, que é a seguinte: conseguida a redução do défice, os problemas estruturais da nossa economia e da nossa sociedade resolver-se-iam por si, por livre actuação daquilo que chamam “os mercados”, como por milagre. Isto não está provado e não é verdade para uma economia frágil e dependente como é a nossa.

### A DEGRADAÇÃO DA QUALIDADE DE SERVIÇOS PÚBLICOS PRESTADOS À POPULAÇÃO

Como a Economia Portuguesa está a crescer ainda menos do que aquilo que os “gurus” do pensamento económico neo-liberal dominante e o governo previam, as estimativas de receitas fiscais constantes do Orçamento do Estado para 2006 estão-se a revelar demasiadamente optimistas, e o governo, dominado pela obsessão do défice (alcançar a redução do défice orçamental de 6,2% em 2005, para 4,8% em 2006 e 1,6% do PIB em 2009 sejam quais forem as circunstâncias) decidiu cortar ainda mais nas despesas públicas, pouco se importando das consequências para o País e para os portugueses de tal política de cortes.

O quadro seguinte, construído com os dados do PEC1 e do PEC2, mostra os aumentos de receita e a redução de despesas que resultam das medidas previstas no PEC1 e no PEC2 anunciadas pelo governo para reduzir, de qualquer forma, a redução do défice orçamental.

**QUADRO II – Efeitos nas receitas e nas despesas em cada ano do período 2005-2009 das medidas constantes do PEC1 e do PEC2 para reduzir o défice orçamental**

RUBRICAS	Milhões de euros									
	2005		2006		2007		2008		2009	
	PEC1	PEC2	PEC1	PEC2	PEC1	PEC2	PEC1	PEC2	PEC1	PEC2
<b>AUMENTOS DAS RECEITAS</b>										
Imposto sobre Rendimento e património	150	150	525	605	725	815	775	875	825	925
IVA	530	530	1.200	1.220	1.200	1.220	1.200	1.220	1.200	1.220
ISP (Imposto sobre os combustíveis)	0	0	210	200	420	400	630	600	630	600
IT (Imposto sobre o tabaco)	0	0	180	110	360	260	540	410	720	560
Contribuições SS	30	130	110	270	110	405	210	463	260	520
<b>TOTAL</b>	<b>710</b>	<b>810</b>	<b>2.225</b>	<b>2.405</b>	<b>2.815</b>	<b>3.100</b>	<b>3.355</b>	<b>3.568</b>	<b>3.635</b>	<b>3.825</b>
<b>CORTES NAS DESPESAS</b>										
Redução Administração Pública	100	100	475	475	850	1.055	1.225	1.635	1.600	2.215
Redução despesas Regime Geral S. Social	0	0	200	110	420	280	630	310	840	350
Redução despesas CGA	0	0	230	230	460	460	700	700	950	950
Redução comparticipação medicamentos	25	25	100	100	100	100	100	100	100	100
Redução de 10% nos consumos intermédios	0	357	0	368	0	380	0	392	0	404
<b>TOTAL</b>	<b>125</b>	<b>482</b>	<b>1.005</b>	<b>1.283</b>	<b>1.830</b>	<b>2.275</b>	<b>2.655</b>	<b>3.137</b>	<b>3.490</b>	<b>4.019</b>

PEC1 : Plano de Estabilidade e Crescimento 2005-2009 - Apresentado pelo governo em Junho de 2005

PEC2 : Plano de Estabilidade e Crescimento 2005-2009 - Apresentado pelo governo em Dezembro de 2005

Para tornar mais fácil a leitura dos aumentos de receitas e da diminuição de despesas, resultantes das novas medidas anunciadas pelo governo em Dezembro de 2005, construiu-se um outro quadro, utilizando os dados do quadro anterior, que se apresenta seguidamente:

**QUADRO III – Diferenças dos efeitos a nível das receitas e das despesas em cada ano entre o PEC1 e do PEC2 resultantes das medidas que o governo pretende tomar no período 2005 a 2009 para alcançar a redução do défice orçamental**

RUBRICAS	Efeitos em Milhões de euros		Diferenças do PEC1 para PEC2 por anos Em milhões de euros					
	do PEC1	do PEC2	2005	2006	2007	2008	2009	2005-09
	2005-09	2005-09						
<b>AUMENTOS) NAS RECEITAS</b>	<b>+ 12.740</b>	<b>+ 13.708</b>	<b>+100</b>	<b>+180</b>	<b>+285</b>	<b>+213</b>	<b>+190</b>	<b>+ 968</b>
Imposto sobre Rendimento e património	+ 3.000	+ 3.370	0	+80	+90	+100	+100	<b>+ 370</b>
IVA	+ 5.330	+ 5.410	0	+20	+20	+20	+20	<b>+ 80</b>
ISP (Imposto sobre os combustíveis)	+ 1.890	+ 1.800	0	-10	-20	-30	-30	<b>-90</b>
IT (Imposto sobre o tabaco)	+ 1.800	+ 1.340	0	-70	-100	-130	-160	<b>-460</b>
Contribuições Segurança Social	+ 720	+ 1.788	+100	+160	+295	+253	+260	<b>+ 1.068</b>
<b>CORTES NAS DESPESAS</b>	<b>- 9.105</b>	<b>- 11.195</b>	<b>-357</b>	<b>-278</b>	<b>-445</b>	<b>-482</b>	<b>-529</b>	<b>-2.090</b>
Redução Administração Pública	- 4.250	- 5.480	0	0	-205	-410	-615	<b>-1.230</b>
Redução despesas Regime Geral Segurança Social	- 2.090	- 1.050	0	+ 90	+ 140	+ 320	+ 490	<b>+ 1.040</b>
Redução despesas CGA	- 2.340	- 2.340	0	0	0	0	0	<b>0</b>
Redução comparticipação medicamentos	- 425	- 425	0	0	0	0	0	<b>0</b>
Redução de 10% nos consumos intermédios	0	- 1.900	-357	-368	-380	-392	-404	<b>-1.900</b>

Como revelam os dados do quadro anterior, de acordo com a 1ª versão do Programa de Estabilidade e Crescimento apresentada em Junho de 2005 (o PEC1), o governo com as medidas extraordinárias que tencionava aplicar no período que vai de 2005 e 2006 para cumprir a obsessão do défice previa aumentar as receitas em 12.740 milhões de euros e reduzir as despesas da Administração Pública em 9.105 milhões de euros. Cinco meses depois, ou seja em Dezembro de 2005, de acordo com 2ª versão do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC2), como consequência do agravamento das medidas anunciadas, o aumento de receitas tinha passado para 13.708 milhões de euros, ou seja, mais 968 milhões de euros do que no PEC1, e a redução de despesas tinha subido para 11.195 milhões euros, ou seja, a redução das despesas tinha aumentado em 2.090 milhões euros. E isto num curto período de 5 meses, e com a situação do País a agravar-se, o que terá consequências negativas para o País.

É evidente que estas medidas que o governo pretende impor, para cumprir seja quais forem as circunstâncias o objectivo do défice imposto por Bruxelas, sem ter em conta a situação e a realidade concreta da economia e da sociedade portuguesa, só poderão levar a um a maior agravamento da crise económica e social que o País actualmente enfrenta, pois só poderão determinar a degradação dos serviços públicos essenciais para população, como são a saúde, a educação, a segurança social, a justiça, os transportes, etc..

Se analisarmos por rubrica as razões das alterações do PEC1 para o PEC2 as conclusões anteriores tornam-se mais claras.

Assim, os de aumentos de receitas que se verificam do PEC1 para o PEC2 devem-se fundamentalmente ao aumento do imposto sobre o rendimento e o património e à subida das contribuições para a Segurança Social, pois as previsões de receitas que têm como fonte os outros impostos (IVA, ISP e IT) ou mantêm-se ou até diminuem do PEC1 para o PEC2. Em relação ao imposto sobre o rendimento e património, o problema a este nível é que mais de 68% das receitas daquele imposto têm como fonte o IRS, e 87% da matéria colectável declarada para efeitos de IRS resulta de trabalho dependente e de pensionistas. E o governo não tenciona alterar esta situação de grave injustiça fiscal. Relativamente, ao aumento das contribuições para a Segurança Social o aumento de receitas parece não resultar apenas do combate à evasão e fraude tendo em conta os escassos meios que têm sido afectados pelo governo a tal combate e a fragilização crescente da Administração Pública resultante dos ataques que ela tem sofrido e vai continuar a sofrer por parte do governo

Em relação às despesas os principais cortes que determinam aumento da redução das despesas do PEC1 para o PEC2 são fundamentalmente nas rubricas “Redução da Administração Pública” e “redução de 10% nos consumos intermédios da Administração Pública”, já que nas restantes rubricas ou não há reduções ou as despesas até aumentam.

A nível da “Reestruturação da Administração Pública, Recursos Humanos e Serviços Públicos”, que no quadro anterior aparece com a designação de “Redução da Administração Pública” por uma questão de simplificação, as novas medidas anunciadas pelo governo em Dezembro de 2005 são nomeadamente as seguintes: (1) Extinção de actividades desenvolvidas pela Administração Central (pág. 16); (2) Diminuição das estruturas administrativas (pág. 16); (3) Polivalência dos serviços públicos (pág. 16) ; (4) Aplicação do modelo de Entidades Públicas Empresariais (EPE) a todos os hospitais do SNS (pág. 16); (5) Extinção das sub-regiões de saúde (pág. 17) e de hospitais e centros de saúde como os media têm informado; (6)

Encerramento de 500 escolas do 1º ciclo (pág. 17); (6) Congelamento da progressão nas carreiras até à revisão das carreiras (pág. 18); (7) Redução substancial das 1050 carreiras existentes na Administração Pública e destruição do vínculo público que ainda defendia a Administração Pública contra a chantagem política (pág. 17); (8) Redução do número de professores destacados nos sindicatos e outras instituições em 50% (pág. 18); (9) Limitação de novas admissões na Administração Pública (saem 2 trabalhadores e entra apenas um); (10) Dinamização do quadro de pessoal supranumerário com o objectivo de obrigar muitos trabalhadores a abandonar a Administração Pública e “a recomeçar a sua actividade profissional noutros sectores de actividade” (pág. 18); (10) Fecho de esquadras e postos policiais (50 da PSP e GNR segundo os jornais de 21.12.2005); etc.

O aumento dos cortes de despesas que se observa do PEC1 para o PEC2 resulta também da “redução de 10% nos consumos intermédios” do orçamentado em tal rubrica em cada ano. E como consta da 1ª versão do Programa de Estabilidade e Crescimento (o PEC1) esta redução inclui, entre outras coisas, nomeadamente “parte das despesas de funcionamento Serviço Nacional de Saúde” (pág. 29 do PEC1) assim como de outros serviços da Administração Central.

É evidente que a redução significativa que o governo retende impor nos “consumos intermédios” irá determinar inevitavelmente a diminuição quer da quantidade de serviços prestados às populações quer da qualidade desses mesmos serviços.

### UMA POLITICA QUE ESTÁ A CONDUZIR A UE25 MAS FUNDAMENTALMENTE PORTUGAL PARA UMA SITUAÇÃO DE ATRASO CRESCENTE

Uma política económica, financeira, etc., avalia-se pelos seus resultados. E os resultados obtidos no campo do desenvolvimento, nomeadamente para Portugal, estão a ser graves como revela o quadro seguinte construído com dados constantes do Programa de Estabilidade e Crescimento (1ª e 2ª versão).

#### QUADRO IV – Taxas de crescimento da Economia Portuguesa, da economia da UE25 e da Economia Mundial

RUBRICAS	2004		2005		2006		2007		2008		2009	
	PEC1	PEC2	PEC1	PEC2	PEC1	PEC2	PEC1	PEC2	PEC1	PEC2	PEC1	PEC2
PORTUGAL - Taxa crescimento PIB	1,0%	1,2%	0,8%	0,5%	1,4%	1,1%	2,2%	1,8%	2,6%	2,4%	3,0%	3,0%
UE25 – Taxa crescimento PIB		2,4%		1,5%		2,1%		2,4%		2,3%		2,3%
Economia Mundial sem UE25- Taxa de crescimento do PIB		5,9%		5,1%		4,9%		4,6%		4,4%		4,5%

FONTE : 1ª e 2ª versão do Programa de Estabilidade e Crescimento

Se comparamos o crescimento económico em Portugal com o da União Europeia e com o da Economia Mundial, as conclusões que se tiram são esclarecedoras e preocupantes.

Assim, de acordo com os dados oficiais constantes do quadro anterior, em termos gerais conclui-se que, à semelhança do verificado também no passado recente, a previsão para os próximos anos é a seguinte: a taxa de crescimento da economia da União Europeia tem sido e prevê-se que continue a ser metade da taxa de crescimento da economia mundial; e a taxa de crescimento da Economia Portuguesa tem sido e prevê-se que continue a ser menos de metade da taxa de crescimento da economia da União Europeia, sendo a tendência para agravamento da situação portuguesa como também mostram os dados do PEC1 e PEC2 constantes do quadro anterior.

Face a estes resultados económicos continuados revelados pelos dados do quadro que estão a criar problemas crescentes e graves a muitos países e, em particular, a Portugal é legítimo concluir que seria necessário repensar e mudar toda a política económica, financeira e outra que tem sido e está a ser seguida, pois ela está a conduzir o nosso País a uma crise económica e social cada vez mais grave, e mesmo a um beco preocupante, e a UE25 a atrasar-se em relação à Economia Mundial.

Mas para que isso possa acontecer seria necessário romper as amarras do pensamento neo-liberal dominante quer a nível governamental quer nos chamados “economistas de referência” que são aqueles que fundamentalmente têm acesso quer aos media quer aos órgãos do poder (recorde-se, a este propósito, as reuniões do Presidente da República apenas com economistas pertencentes ao pensamento económico único, ou seja, aqueles que se sabe à partida que defendem esta política económica).

**Eugénio Rosa**

**Economista**

[edr@mail.telepac.pt](mailto:edr@mail.telepac.pt) , Tel. 917 576 313

21 Dezembro de 2005